

# Diário do País



De Segunda a Sexta-Feira, uma informação completa e imparcial no seu E-Mail: **Director Editorial: Benjamim Cumbé**: Cell-84-5147965 ,82-3966059 -Reg/GABINFO/Dispensa-Dec/2007; Sede- Av. 4 de Outubro n.º 946; R/c; Infulene; **Administração**: Cell; 845147965, 823966059 ou 873966059 E-mail: [diariodopais@gmail.com](mailto:diariodopais@gmail.com); [benjamimcumbé@gmail.com](mailto:benjamimcumbé@gmail.com) : **Redacção**: Cell-873966059 ou 84-5147965 ;Maputo-Moçambique.

Assinaturas mensais. \*Ordinária -50,00 USD \* Institucional - 60,00 USD, \* Embaixadas e ONG's Estr. 70,00 USD - Outras Moedas ao Cambio do dia

## PGR critica apoio à extradição de ex-ministro Manuel Chang para os EUA

A Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili criticou ontem posições a favor da extradição do antigo ministro das Finanças Manuel Chang para os EUA, no âmbito das dívidas ocultas, reiterando que o país africano é a jurisdição competente para o caso. “Mais uma vez, asseveramos a nossa posição de que Moçambique é a jurisdição competente para julgar todos os cidadãos envolvidos neste caso, incluindo o cidadão Manuel Chang”, declarou Beatriz Buchili.

Buchili falava na Assembleia da República (AR) durante a segunda e última sessão parlamentar dedicada à informação anual do procurador-geral da República (PGR).

Referindo-se diretamente à oposição parlamentar, que condena os esforços da justiça moçambicana de impedir a extradição de Manuel Chang para os Estados Unidos da América (EUA), a PGR assinalou que os membros do parlamento deviam defender o julgamento do antigo ministro das Finanças em Moçambique, porque, como legisladores, sabem que a Constituição da República proíbe a extradição de moçambicanos.

“Não se percebe que depu-

tados venham agora tomar posição contrária a essa norma constitucional, defendendo a extradição de cidadãos moçambicanos para os EUA, para serem julgados por crimes cometidos em território nacional”, declarou.

Beatriz Buchili assinalou que uma eventual entrega de Manuel Chang à justiça norte-americana poderá culminar com a sua absolvição neste país, em coerência com o precedente da absolvição pelos EUA de Jean Boustani, acusado de pagamento de subornos financiados com o dinheiro das dívidas ocultas. Boustani, cidadão franco-libanês, foi absolvido em 2019 pela justiça norte-americana, que considerou que os

EUA não têm jurisdição sobre os alegados delitos cometidos pelo arguido no âmbito das dívidas ocultas.

A procuradora-geral considerou “falaciosa” a acusação da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), principal partido da oposição, de que a justiça moçambicana apenas atuou no caso das dívidas ocultas “por pressão internacional” e devido a “desentendimentos de comadres” na Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), partido no poder.

Manuel Chang está detido há mais de três anos na África do Sul na sequência de um pedido de extradição dos EUA sobre o caso das dívidas ocultas, a que se seguiu

um outro pedido da justiça moçambicana também no âmbito do mesmo processo. Em 01 de agosto será conhecida a sentença do processo principal das dívidas ocultas, que está a ser julgado em Maputo.

Nas alegações finais do julgamento do processo principal das dívidas ocultas, que terminou em março, o Ministério Público moçambicano pediu ao tribunal pena máxima para oito dos 19 arguidos, pena próxima da máxima para 10 arguidos e a absolvição de apenas um.

A acusação solicitou ainda que os arguidos sejam condenados ao pagamento de uma indemnização de 2,7 mil milhões *Cont. na 2ªpág.* ➔

**Beatriz Buchili alerta para “instrumentalização de reclusos por terroristas”** Pág. 2

**Lei que determina pagamento de imposto cria inquietação nas igrejas** Pág. 2

**PGR “Perturbação” do direito à manifestação “belisca imagem”** Pág. 3

**IMD defende preparação atempada das Eleições Autárquicas** Pág. 4

**A Vodacom e o M-Pesa ligam-te aos teus sonhos**

**REGISTA-TE JÁ NO \*211#**

Termos e condições aplicáveis.

**GIGAA PROMO**

Ligados temos tudobom

# Beatriz Buchili alerta para ‘instrumentalização de reclusos por terroristas’

**A Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili, alertou ontem para risco de recrutamento de reclusos por terroristas nas cadeias do país, devido à superlotação e deficiente sistema de controlo das prisões.**

Com a prisão de “indivíduos associados ao crime de terrorismo”, existe um “risco de instrumentalização dos reclusos, que posteriormente poderão ser usados para a prática de atos terroristas”, disse ontem a Procuradora-Geral da República (PGR), Beatriz Buchili, na Assembleia da República (AR), no segundo e último dia dedicado à informação anual da PGR ao parlamento.

A lotação das cadeias moçambicanas não permite a ressocialização e reinserção social dos reclusos, expondo-os a vulnerabilidades e ao recrutamento por grupos criminosos, acrescentou.

“Temos constatado que alguns dos autores de crimes são reclusos julgados e condenados em processos anteriores, que, tendo sido restituídos à liberdade por cumprimento integral da pena ou ao abrigo da liberdade condicional, reorganizam-se e voltam à mesma atividade criminosa”, assinalou.

Priorizar o setor penitenciário Em forma de apelo aos deputados da AR, por ser o órgão que aprova o Orçamento do Estado, Beatriz Buchili questionou se já não é tempo de o “setor penitenciário” ser prioridade na alocação de verbas estatais. Essa atenção especial, prosseguiu, deve ser dada à

⇒ de dólares, correspondentes ao total das dívidas ocultas, acrescidos de juros de 850,5 mil dólares, calculados até 2019.

Os empréstimos no valor de cerca de 2,3 mil milhões de euros foram secretamente avalizados pelo governo da Frelimo, liderado por Armando Guebuza, sem conhecimento do parlamento e do Tribunal Administrativo.

construção de novas cadeias, principalmente nos distritos, onde vive a maioria da população.

Segundo PGR, lotação das cadeias moçambicanas não permite a ressocialização e reinserção social dos reclusos Outra consequência da superlotação das prisões é a incapacidade de colocar os prisioneiros em função da idade, sexo, condição física ou mental e grau de risco ou perigo, declarou a chefe da magistratura do Ministério Público. Na informação anual que prestou à AR, Beatriz Buchili disse que as cadeias moçambicanas albergam mais do dobro da sua capa-

cidade e alojavam até dezembro último mais de 18.700 reclusos contra cerca de 8.500 camas.

O país conta com 157 unidades penitenciárias.

A referência que Beatriz Buchili fez ontem ao risco de “instrumentalização pelo terrorismo” nas cadeias moçambicanas tem a ver com o facto de os grupos armados que protagonizam ataques na província de Cabo Delgado, norte do país, desde outubro de 2017, serem descritos pelo Governo moçambicano e entidades internacionais como “terroristas”. Alguns dos ataques realizados por aqueles grupos foram reivindicados pelo grupo ter-

rorista Estado Islâmico.

Há 784 mil deslocados internos devido ao conflito, de acordo com a Organização Internacional das Migrações (OIM), e cerca de 4.000 mortes, segundo o projeto de registo de conflitos ACLED. Desde julho de 2021, uma ofensiva das tropas governamentais com o apoio do Ruanda a que se juntou depois a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) permitiu recuperar zonas onde havia presença de rebeldes, mas a fuga destes tem provocado novos ataques noutros distritos usados como passagem ou refúgio temporário.

## Lei que determina pagamento de imposto cria inquietação nas igrejas

**-Conselho Cristão de Moçambique diz-se surpreso porque discussão da nova lei não incluiu impostos Moçambique vai ter em breve uma nova lei para o registo e regular a actividade das confissões religiosas.**

A proposta estabelece um número mínimo de assinaturas para o registo de uma igreja, mas o que inquieta os cristãos é que as igrejas passarão a ser obrigadas a pagar imposto.

O Governo submeteu recentemente ao Parlamento uma proposta de revisão da lei da religião, que visa reformas no sentido de “trazer ordem no sector”.

A ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos diz que o diagnóstico mostra sinais de alerta e a nova lei vem trazer uma nova ordem, perante um cenário em que tende a haver uma proliferação das igrejas. “A lei vem definir, exactamente, quais são os procedimentos para que se crie uma confissão religiosa, onde é que devem operar e quem é que deve ter a qualidade de

dirigir essas confissões”, resume a ministra Helena Kida. Em termos oficiais, Moçambique conta com um total de 900 confissões religiosas registadas, mas os números podem esconder muita coisa. Uma das novidades na proposta está no registo, com a necessidade de duas mil assinaturas para se legalizar uma igreja.

“Quando começamos o debate nós tínhamos proposta de 60 mil assinaturas, e tivemos que perceber qual era a sensibilidade das próprias confissões, fomos reduzindo até encontrar um meio termo”, explica Kida.

### Separar o trigo do joio

O Conselho Cristão de Moçambique (CCM) aprova grande parte das linhas contidas na futura lei e diz ser oportuna para purificar as fileiras.

“O que o Governo quer é trazer uma ordem. Participamos nos debates e, infelizmente, por terem acontecido numa fase de restrições da Covid-19, pode não ter havido abrangência que se pretendia, contudo, grande parte do que se propõe consideramos oportuno”, reconhece Felicidade Chirindza, presidente do CCM.

Contudo, há um aspecto que inquieta a comunidade cristã na nova legislação.

É que as igrejas passarão a ser tributadas, uma situação que as colhe de surpresa.

“É um aspecto que foi conversado, não chegamos a qualquer consenso, mas o Governo entendeu que deve avançar com a cobrança de imposto”, lamenta Chirindza, recordando que “desde que as igrejas começaram a operar, nunca Cont. na 3ª pág. ⇒

## ‘Perturbação’ do direito à manifestação ‘belisca imagem’

A procuradora-geral da República (PGR), considerou ontem que a “perturbação” do direito à manifestação prejudica a reputação do país como Estado democrático, assegurando a responsabilização dos “infratores” que limitam os direitos fundamentais.

“A perturbação do exercício deste (direito à manifestação) belisca a imagem do país como Estado de direito democrático, além de constrangimentos para as entidades organizadoras e os respetivos participantes”, reconheceu Beatriz Buchili, falando na Assembleia da República (AR), no segundo e último dia da informação anual ao parlamento.

Buchili avançou que os “infratores” que travam o exercício das liberdades de reunião e de manifestação devem ser sujeitos à responsabilidade criminal, disciplinar e civil.

“A Constituição da República de Moçambique consagra os direitos de reunião e de manifestação e, sendo direitos fundamentais, não podem ser limitados ou condicionados”, afirmou.

A manifestação não está sujeita à autorização de entidades estatais, bastando apenas uma comunicação sobre a data, número aproximado de participantes e pontos de partida e de chegada, continuou.

Aqueles dados visam permitir à polícia garantir a ordem, tranquilidade pública e segurança dos participantes, bem como de pessoas alheias à manifestação, explicou.

A posição da PGR surge num contexto em que organiza-

⇒ foram tributadas”.

Alguns analistas olham com preocupação o novo sentido que o Governo quer tomar nas igrejas e lembram que Moçambique é um Estado laico.

ções da sociedade civil têm alertado para a repressão de direitos fundamentais, incluindo o direito à manifestação.

Em entrevista, em março, Quitéria Guirengane, secretária-executiva do Observatório das Mulheres, plataforma que junta 40 organizações da sociedade civil moçambicana, acusou o executivo de estar a usar a pandemia para restringir o direito ao protesto público, alertando para o surgimento de um “sistema autocrático”.

“Nós vemos um sistema instalado bastante contaminado” em que o poder decide “sobre tudo aquilo que tem a ver com as liberdades dos cidadãos”, afirmou.

Em causa estão as frequentes denúncias de casos em que a polícia moçambicana impede cidadãos de organizarem marchas pacíficas, apesar de serem permitidas por lei, nomeadamente na Constituição, sem necessidade de autorização prévia.

“Mesmo quando cumprem com todos os elementos que estão previstos na lei para se fazer manifestações, há um boicote [por parte das autoridades], uma violação de tudo o que está na lei”, declarou a ativista, que em dezembro foi detida, com outras 17 mulheres, por liderar uma manifestação, em Maputo, exigindo celeridade no julgamento de processos criminais relacionados com casos de violência doméstica.

## CNE diz que falta dinheiro para organizar autárquicas

A Comissão Nacional de Eleições de Moçambique diz que ainda faltam 30 milhões de euros para poder organizar as eleições autárquicas de 2023. Sociedade civil teme que municípios de Cabo Delgado não possam participar.

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) diz que ainda não tem dinheiro suficiente para pagar as despesas das autárquicas nos 53 municípios do país, marcadas para outubro de 2023.

Segundo o porta-voz da CNE, Paulo Cuinica, faltam 30 milhões de euros. “Infelizmente ainda não se refletiram nas contas dos órgãos eleitorais, que estão neste momento apertados com os preparativos.”

Eleições em todo o território? Paulo Cuinica diz que o objetivo é realizar as eleições em todos os municípios, desde que haja condições.

Mas o diretor-executivo do Instituto para Democracia Multipartidária (IMD), Herme-negildo Munjovo, acredita que será um desafio realizar eleições em muitas áreas da província de Cabo Delgado,

“onde os conflitos tiveram maior impacto”.

Segundo Munjovo, “é necessário olhar na perspectiva do que vai acontecer nas eleições, não só para recenseamento, como também no próprio dia da votação.”

“Será que estamos em condições de garantir que temos eleições em Cabo Delgado?”, questionou o responsável à margem de um encontro organizado, esta quinta-feira (28.04), pelo IMD para discutir os desafios dos pleitos eleitorais em Moçambique.

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) entende que sim.

“Temos lá as nossas forças de defesa e segurança, e acredito que, até lá, estaremos em condições de fazer estes pleitos eleitorais”, afirmou o delegado político do

partido em Maputo, Augusto Pelembé.

### Transparência eleitoral

Os intervenientes querem igualmente que as autárquicas de 2023 sejam o escrutínio mais transparente de sempre e que ninguém se sinta injustiçado pelos resultados.

“Que estas eleições possam decorrer com normalidade dentro dos princípios constitucionais e de legalidade, assegurando a sua transparência e credibilidade”, disse Francisco Mucanheia, deputado da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO, no poder).

Para Saimone Macuiane, parlamentar da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), a lei já prevê todas as condições para que os resultados satisfaçam a todos. “Mas essas condições não são cumpridas.”

Cont. na 4ª pág. ⇒

### Renovações e novas assinaturas para 2022

Estimados assinantes e anunciantes, que já estamos abertos para novas assinaturas referentes ao ano de 2022. Os pagamentos são efectuados em cheque ou transferência bancária: nas contas. BCI- 28085769101; BIM- 66159336; Standard Bank- 1053294261001. Para mais informações, contactar a administração: Cells: 823966059 ou 84-5147965 e/ou por e-mail: diariodopais@gmail.com., benjamimcumbe@gmail.com, Maputo-Moçambique.

Administração



# IMD defende preparação atempada das Eleições Autárquicas

O Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD) desafiou esta, quinta-feira, 28 de Abril, aos partidos políticos, gestores eleitorais e organizações da sociedade civil para que trabalhem atempadamente para garantir que as VI Eleições Autárquicas decorram, efectivamente, de uma forma pacífica e que sejam transparentes, livres e, sobretudo, credíveis.

Este apelo foi avançado durante um debate sob o lema “a caminho das VI Eleições Autárquicas: caminhos e desafios para a sua credibilização”, promovido pelo IMD tendo com objectivo contribuir para uma reflexão em torno do nível de preparação dos actores político-eleitorais, os desafios e fórmulas para a promoção da credibilização das próximas eleições.

“A nossa expectativa é que tenhamos eleições de qualidade. Tem sido frustrante para nós que as eleições produzam resultados que depois não são aceites por todos”, disse Hermenegildo Mulhovo, Director Executivo do IMD.

Para Mulhovo “com a indicação da data para a realização das VI Eleições Autárquicas, estão criadas as condições para sentarmos e reflectirmos com antecedência sobre que nível de eleições precisamos tendo em conta os enormes desafios com o quais o país se encontra como por exemplo o conflito em Cabo Delgado, a Covid-19 e a ocorrência de eventos climáticos extremos, para percebermos como isto pode influenciar no processo eleitoral”.

Na sua alocução o Director Executivo do IMD não deixou de lado um dos maiores desafios dos processos eleitorais que se relacionam com o financiamento do processo e sobretudo a questão da revisão da legislação eleitoral.

“A revisão da legislação eleitoral deve ser agora para permitir que os actores destes processos possam se familiarizar com as leis”, sublinhou Mulhovo sustentando que isso vai possibilitar que haja maior

⇒ das.

Nós, RENAMO, não sabemos até que ponto o novo elenco da CNE vai cumprir a lei”, acrescentou Macuiane.

aprimoramento dos procedimentos tanto para os partidos políticos como para os membros da Comissão Nacional de Eleições (CNE) assim como o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE).

Por sua vez, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, Don Carlos Matsinhe, sublinhou que a sua instituição já está a trabalhar nos preparativos das eleições autárquicas marcadas para o dia

11 de Outubro de 2023, estando neste momento em curso o processo de credenciação dos observadores eleitorais a nível das províncias.

Segundo Matsinhe, no âmbito dos pre- Cont. na 5ª pág. ⇒



⇒ parativos já foram notificados os partidos políticos com assento parlamentar para indicar os seus membros nas províncias.

Contudo, segundo avança o Presidente da CNE, a aquele órgão de Administração Eleitoral ainda está abraços com enormes desafios inerentes a exiguidade de fundos uma vez do orçamento para o presente ano avaliado em 3.2 mil milhões apenas foram alocados mil milhões de meticais, existindo um défice que ainda está em negociação com o governo moçambicano.

Segundo ainda a sua explanação, o outro desafio tem a ver com a questão da revisão da legislação eleitoral que “nós entendemos igualmente que deve ser feita o quanto antes para permitir a nossa maior preparação e conhecimento”, disse exortando ao parlamento para que veja esta situação com máxima urgência, uma vez que este processo tem sido feito a “boca” das eleições criando, desta feita, vários problemas sobretudo na sua interpretação e aplicação eficaz.

### **Partidos políticos afinam máquinas rumo as eleições eleitorais**

Os partidos políticos com assento na Assembleia da República e extraparlamentares garantiram, durante a mesa redonda, que estão a trabalhar com vista a uma participação activa nas eleições, mediante a capacitação dos seus membros e sobretudo a eleição dos membros que deverão fazer parte do processo eleitoral. Em representação do partido Frelimo, Francisco Mucanheia, Secretário para a área de formação e quadros, disse que o seu partido está comprometido com a consolidação da democracia em Moçambique e no caso concreto das Eleições Autárquicas.

“A Frelimo sendo um dos partidos mais relevante no país do ponto de vista da sua história, temos uma responsabilidade acrescida primeiro no sentido de assegurar que

estas eleições, que já foram convocadas, possam decorrer com normalidade dentro dos princípios constitucionais de legalidade, assegurando sobretudo a sua transparência, credibilidade, integridade”, disse Mucanheia salientando que como “Moçambique devemos nos orgulhar porque saímos de uma guerra e mesmo assim estes processos ocorrem com regularidade”.

No que concerne aos preparativos do seu partido, Mucanheia assegurou que a Frelimo está preparada para ir às eleições com maior força possível para nas 53 autarquias possa elevar a vitória do partido.

“Estamos a criar a nossa estratégia ao nível interno. Estamos a afinar a nossa máquina na selecção dos quadros que vão trabalhar nos órgãos eleitorais”, disse.

Por sua vez, Saimone Macuiane, da Renamo, defendeu que para que as VI eleições sejam efectivamente transparentes, justas e credíveis é indispensável que os órgãos de administração eleitoral se baseiem somente na lei que é aprovada pela Assembleia da República para reger estes processos e apontou o uso excessivo da polícia sobretudo nos dias de votação e a forma de designação dos presidentes das mesas de votação como outro elemento crítico para a credibilidade das eleições.

“No entanto, entendemos como desafios a necessidade de garantir que a polícia funcione dentro da lei, garantir que os membros dos partidos políticos façam parte do núcleo da mesa de voto, garantir que os resultados eleitorais sejam divulgados passados 1 ou dois dias e garantir que haja financiamento destas eleições autárquicas”, disse Macuiane, para quem os órgãos de comunicação social devem, igualmente, anunciar os resultados das vitórias e possíveis derrotas da mesma forma e não escolher partidos ou candidatos, bem como garan-

tir que o recenseamento eleitoral seja justo e reflecta a população de cada província. Em representação do partido MDM, Augusto Pelembe, disse que, apesar das dificuldades financeiras, acredita que “as condições estão criadas bastando que a Comissão Nacional de Eleições assim como o STAE não cometam os mesmos erros do passado

## **Lançamento Público da BDPALOP**

**A iniciativa BDPALOP foi lançada publicamente esta, quinta-feira, dia 28 de Abril de 2022, no Camões – Centro Cultural Português, em Maputo, contando com a presença do Vice-Ministro da Cultura e do Turismo de Moçambique, Dr. Fredson Bacar, da Gestora de Projectos da Delegação da UE em Moçambique, Dra. Filipa Corte Real, do Encarregado de Negócios da Embaixada de Portugal em Maputo, Dr. Rui Miranda, do Director do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, Dr. João Pignatelli, e do Representante da iniciativa e da ANIMA Estúdio Criativo, Fábio Ribeiro.**

A iniciativa tem como objectivo fomentar a criação e a leitura da banda desenhada, fortalecendo esta cadeia de valor no espaço PALOP, com principal enfoque em Moçambique, Angola, e Cabo Verde, mas também abrangendo o público do Brasil e de Portugal. É uma iniciativa pioneira nos PALOP e insere-se no programa PROCULTURA PALOP-TL financiado pela União Europeia e co-financiado e gerido pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, tendo como parceiros operacionais, a ANIMA Estúdio Criativo (Moçambique - Coordenador da BDPALOP), a Bomcomix Estúdios (Angola), a Jovem Tudo (Cabo Verde) e A Seita (Portugal).

A iniciativa decorrerá entre 2022 e 2024, com o potencial de se tornar sustentável, e surge da necessidade de diversificar a actuação dos sectores das indústrias culturais e criativas nos países de intervenção e criar mais empregos formais na área das publicações de banda desenhada. Pretende igualmente incentivar mais crianças e jovens dos PALOP a iniciar a sua jornada na leitura, promovendo desse modo a literacia.

Uma das acções em destaque é a atribuição de uma Bolsa

para que não aconteçam as fraudes eleitorais. Se isso acontecer certamente vamos ter eleições que vão reflectir aquilo que é o desejo de todos os moçambicanos”.

O encontro juntou representantes dos Órgãos de Gestão Eleitoral, Organizações da Sociedade Civil, partidos políticos, académicos entre outros.

anual de criação de banda desenhada para ilustradores e guionistas maiores de 18 anos, com nacionalidade Moçambicana, Angolana e Cabo Verdiana. Através desta bolsa, 9 duplas receberão apoio e mentoria para a produção de 9 obras de banda desenhada anualmente. A primeira edição da bolsa foi anunciada nas nossas redes sociais ontem, dia 27 de Abril e as candidaturas poderão ser feitas através do site [www.bdpalop.com](http://www.bdpalop.com) desde essa data e até dia 29 de Maio de 2022.

De igual modo, a BDPALOP irá produzir um evento anual de promoção de banda desenhada nos países da intervenção, com mostras de banda desenhada e actividades com autores convidados. Será ainda lançada uma plataforma de distribuição online para os bolseiros, autores estabelecidos e editoras de banda desenhada exporem, comercializarem e internacionalizarem as suas obras.

Os guionistas e ilustradores elegidos para as bolsas, os leitores, as livrarias, as editoras e as distribuidoras de banda desenhada dos PALOP-TL, de Portugal e do Brasil, são o público desta iniciativa que dará impulso a todo o ecossistema da *Cont. na 6ª pág.* ⇒



# Helpo abre salas de aula e acrescenta ensino secundário em Cabo Delgado

A organização não-governamental (ONG) portuguesa Helpo entregou ontem seis salas de aula a uma comunidade de Cabo Delgado, norte de Moçambique, que passa assim a ter ensino secundário.

“Saluê neste momento já tem oitava classe”, graças a seis novas salas inauguradas com a presença de entidades oficiais “e no próximo ano vai ter nona classe”, explicou Carlos Almeida, coordenador da Helpo em Moçambique.

Ao lado, Mariana Basílio, 22 anos, mãe de duas crianças - um dos quais ao colo, com apenas 6 meses -, é o exemplo dos benefícios que este investimento traz. Parou de estudar em 2016 porque tinha de percorrer 12 quilómetros até Metoro, onde funcionava o ensino secundário, mas hoje voltou a sentar-se numa carteira, reavivando o sonho de ser enfermeira.

“Vou continuar a estudar e peço aos outros que façam o mesmo”, disse, num apelo sorridente graças aos novos graus de ensino abertos na escola que já recebia crianças desde a primeira classe.

As seis salas representam um investimento de 6,5 milhões de meticais (cerca de 97 mil euros) proveniente das consignações de 0,5% do IRS pelos contribuintes portugueses.

São salas apetrechadas com 150 carteiras e incluem quatro sanitários, beneficiando cerca de 1.700 alunos numa escola com um total de 24 professores.

“Esta escola teve um aumento de cerca de 20% no número de alunos” por acolher deslocados oriundos dos distritos de Cabo

⇒ banda desenhada na região.

Nos próximos anos, a BDPALOP pretende posicionar-se como uma referência internacional na divulgação e produção de banda desenhada de qualidade em África, garantindo que artistas e profissionais do meio tenham acesso a mais oportunidades, integrados numa estrutura profissional que incentiva a produtividade nesta área.

Delgado afetados há quatro anos e meio por uma insurgência armada.

“Do nosso lado sentimos ainda mais força em continuar a apoiar esta comunidade”, sublinhou Carlos Almeida.

O governador de Cabo Delgado, Valige Tauabo, cortou a fita e destacou a “qualidade da construção”, numa região frequentemente atingida por intempéries na estação das

chuvas (entre outubro e abril).

A província de Cabo Delgado, é rica em gás natural, mas, aterrorizada desde 2017 por rebeldes armados, sendo alguns ataques reclamados pelo grupo extremista estado Islâmico.

Há 748 mil deslocados internos devido ao conflito, de acordo com a Organização Internacional das Migrações (OIM), e cerca de 4.000 mortes, segundo o projeto de registo de conflitos

ACLED.

Uma ofensiva das tropas governamentais com apoio do Ruanda a que se juntou depois a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), permitiu recuperar zonas onde havia a presença de rebeldes, mas, a fuga destes tem provocado novos ataques noutros distritos usados como passagem ou refúgio temporário.

## ACIS e Société Générale Moçambique levam FMI   reflexão sobre o futuro da economia moçambicana

**O aumento da produ o e produtividade a nível das empresas   um factor importante para a estabiliza o da economia e constitui um dos maiores objectivos da Associa o de Comércio, Indústria e Serviços, enquanto defensor dos interesses empresariais dos seus associados e do Sector Privado, no seu todo. Paralelamente, interessa   ACIS a redu o da infla o, através da manuten o de postos de trabalho, bem como o estímulo   compra de produtos e serviços.**

Foi baseado nesses pressupostos, que a Associa o, em parceria com o Banco Société Générale Moçambique, realizou, na cidade de Maputo, um seminário sobre economia e negócios, visando uma reflexão sobre o futuro das empresas moçambicanas, com foco no ano 2022. O evento contou com a participa o do Fundo Monetário Internacional (FMI) que, perante os empresários, debruçou-se sobre os prováveis impactos que se podem esperar da retoma do apoio   Moçambique, bem como os condicionamentos para o sucesso da parceria.

O representante do FMI em Moçambique, Alexis Mayer, referiu que “a continua o e o fortalecimento do trabalho de reformas   crucial e, neste momento, não se pode descurar, sendo que a institui o definiu como prioridades a diversifica o da economia (para além do GNL); o investimento no Capital Humano e Infraestruturas; e a melhoria da qualidade e capacidade das Institui es”. “O Programa do Governo com apoio do FMI visa aprofundar algumas das reformas necess -

rias, tais como o reforço da estabilidade macroecon mica, para que ela seja sustentável e consistente com crescimento inclusivo conducente   redu o da pobreza e desigualdades; e reformas macro-críticas, medidas estruturais e sociais entre as quais a gestão das finanças públicas, governa o, e redes de prote o social”, disse o mesmo responsável.

O Presidente da ACIS, Luís Maga o Jr., destacou a importáncia da retoma do apoio do FMI a Moçambique, considerando-a, a par de outros, um sinal que poderá influenciar positivamente a recupera o da economia nacional. “Temos experimentado a restitui o do clima de paz nas regi es Centro e Norte, o al vio de medidas restritivas, no âmbito da conten o da pandemia da Covid-19 e a retoma dos projectos de petróleo e gás, no norte do país. Ao elegermos este tema sobre a Retoma do Apoio do FMI a Moçambique que-remos que os nossos empresários tenham no es sobre o meio onde actuam e estamos convictos de que esta actividade que reali-

zamos hoje ajudar  muito às empresas nas decisões estratégicas que tiverem que tomar adiante”, afirmou.

Por seu turno, o CFO do Société Générale Moçambique, Tomás Chale, referiu que a recupera o da estabilidade macroecon mica nacional exige uma ac o contínua e integrada numa abordagem holística por parte dos principais actores-chave do desenvolvimento do país. “Todas estas peças são fundamentais para que, trabalhando em conjunto, possamos transformar, o enorme potencial de Moçambique em várias áreas, numa realidade demonstrada em termos de crescimento econ mico e desenvolvimento humano, nas próximas décadas”. “O Grupo Société Générale está empenhado em contribuir para o desenvolvimento sustentável das economias em que opera, trabalhando em conjunto com os seus colaboradores, clientes e parceiros na busca de solu es que nos permitem avançar de forma colectiva, e construir um futuro melhor para todos. Esta iniciativa figura no plano central da nossa ambi o global.